



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ATA N.º 05/2015

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Edifício da Junta de Freguesia do Cabouco, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, José Duarte Barbosa Cabecinha e Marco Paulo da Silva Teixeira.

Estiveram presentes a assistir à sessão os cidadãos: Adriano Manuel Mota Costa, Adriano Jorge Ponte Cimbron, Helena Margarida Lima Fraga, Mário José Rocha Miguel, Vítor Medeiros Pacheco, Elizabeth Fátima de Silva Gonçalves, Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, Marta do Carmo Borges Rodrigues Furtado, João Bruno Raposo Costa, Luís Eduardo Sousa Costa, Vera Mónica Vital Correia Cordeiro e Lúcia de Fátima Feitor.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Referiu que antes de dar início os trabalhos, gostaria de saudar todos os presentes e agradecer à Junta de Freguesia do Cabouco, na pessoa do seu Presidente, César Pacheco, o facto de ter aceite, um vez mais, o convite para a realização desta sessão da

Assembleia Municipal, no espaço concelhio desta Freguesia, permitindo a este Órgão Municipal dar continuidade à sua política de descentralização das sessões e de modo especial poderem estar aqui para se associarem às comemorações do 35.º aniversário da Freguesia do Cabouco. Congratulou a Junta de Freguesia e a sua população por tão memorável data. Referiu que a sua história já faz prova de uma identidade marcante e de uma capacidade perseverante em benefício da sua gente e da sua terra. Assinalar esta data é de facto um dever de reconhecimento para todos aqueles que ajudaram a freguesia do Cabouco a crescer e a afirmar-se no tempo e que esta Junta também o fez, homenageando 12 individualidades de reconhecido valor, numa nobre cerimónia, na qual teve o enorme prazer de estar presente. Felicitou, ainda, a Junta de Freguesia pelo programa de festividades desenvolvido, contribuindo para perpetuar e valorizar a sua história e para promover culturalmente o concelho de Lagoa. Muitos Parabéns.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os deputados municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da terceira sessão ordinária, do dia 22 de junho de 2015.

A ata foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e seis membros presentes.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 23 de junho a 23 de setembro de 2015, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Frederico Furtado de Sousa e Norberto Carlos Cordeiro da Ponte foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 22 de junho de 2015.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUCO:

O Presidente da Junta de Freguesia de Cabouco, César Augusto Medeiros Pacheco, no uso da palavra, agradeceu as palavras da Senhora Presidente da Assembleia Municipal relativamente à cerimónia do 35.º Aniversário da Freguesia do Cabouco. Referiu que foi com muito gosto que receberam na Sede da Junta de Freguesia do Cabouco a realização desta Sessão da Assembleia Municipal. Este ano foi marcante, por coincidir com o 35.º Aniversário da Freguesia. Realçou a importância da descentralização das Sessões da Assembleia Municipal

pelas Freguesias do Concelho, pois permite que as populações possam assistir às Sessões e tomar conhecimento dos assuntos. Por último, convidou todos os presentes para tomar um chá ou licor no final da Sessão.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

APRESENTAÇÃO DE VOTOS:

Foram apresentados pelos Membros Municipais do Partido Socialista, através do Deputado Municipal Norberto Carlos Cordeiro Ponte, os seguintes votos:

"VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa

Dignos colegas Vogais desta Assembleia,

Congratula-se aqui os dignos trinta e cinco anos da Freguesia do Cabouco.

Nasceu entre a terra e o mar, entre o oceano atlântico e os montes, a mais nova freguesia do concelho da Lagoa.

O Cabouco é assim denominado por outrora ali terem existido grandes "caboucos" ou pedreiras.

Esta freguesia foi elevada no ano de 1980. Desde aí, cresceu e muito.

Tem neste momento cerca de 1920 habitantes.

Como fator histórico, temos o exemplo de que foi nas terras do Cabouco, durante o século XIX, que o desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa fez as primeiras experiências com a cultura do tabaco. Mandou vir semente de tabaco e fez experiências na Quinta do Tanque.

Hoje, a preocupação com a cultura é extremamente atual, e nos últimos 35 anos muito se tem trabalhado em prol de esta não ser esquecida.

Também a importância dada ao seu desenvolvimento constante é cada vez maior, o número de instituições, atualmente instaladas, nada tem a ver com o que existia há 35 anos.

Um Agrupamento de Escuteiros, uma Casa do Povo, uma Paróquia, um Centro Social e Cultural, um Centro Social e Paroquial, um Museu, espaços para as crianças, um Polidesportivo com excelentes condições, um cemitério que se expandiu e ainda um edifício sede.

Mais população, mais habitações, mais vias públicas e faixas rodoviárias.

Uma freguesia rica no interior da ilha de São Miguel, a cerca de 3km da Cidade da Lagoa, confinada pelas freguesias do Rosário e Santa Cruz.

Deixo por tal, em nome dos membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, aqui, a proposta à Assembleia Municipal de Lagoa, de registo em ata, nos termos das disposições regimentais, de um voto de congratulação pelo trabalho da Junta de Freguesia do Cabouco, da Câmara Municipal da Lagoa, das suas gentes e de todos os que contribuíram para uma freguesia que esteve em contínuo desenvolvimento durante 35 anos e que hoje se tornou mais apelativa a todos os que a habitam e também aos que a visitam! Um bem-haja!"

"VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa

Dignos colegas Vogais desta Assembleia,

Deixo por tal, em nome dos membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, aqui, a proposta à Assembleia Municipal de Lagoa, de registo em ata, nos termos das disposições regimentais, de um voto de congratulação pelo trabalho desenvolvido, tendo em vista a realização do segundo ano das Festas do Divino Espírito Santo do Império de São Pedro, realizadas de 25 a 29 de junho na Vila de Água de Pau.

Sendo este trabalho desenvolvido tanto pela Câmara Municipal de Lagoa, na pessoa da Presidente Cristina Calisto Decq Mota e todos os funcionários intervenientes, bem como importa ainda referir que a colaboração destas Festividades também contou com a participação da Junta de Freguesia de Água de Pau e os seus colaboradores.

Aquando destas festividades, para além da procissão que integrou mais de duas dezenas de impérios do concelho, foram ainda servidas à comunidade local e visitantes cerca de 4000 sopas no Largo de Santiago. Importa assim congratular a colaboração esforçada de todos, funcionários ou voluntários, que tudo fizeram para que estas festividades fossem mais uma vez um sucesso garantido, prova de uma grande organização e generosidade por parte de todos.

Nestes moldes, congratula-se a Câmara Municipal de Lagoa e a Junta de Freguesia de Água de Pau pelo trabalho desenvolvido em prol de umas festividades que nasceram das pessoas, que são feitas pelas pessoas e para as pessoas, as Festas do Divino Espírito Santo, neste caso do Império de São Pedro."

"ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTÓNIO MANUEL DA COSTA VARÃO

O concelho ficou marcado por mais uma perda indiscutivelmente triste para a nossa história.

António Manuel da Costa Varão merece o nosso reconhecimento pela sua vida ativa na política regional e da Lagoa, bem como na área cultural e social do concelho.

Este deu um grande contributo para o desenvolvimento do concelho de Lagoa, na medida em que foi presidente da Junta de Freguesia do Rosário entre 1983 e 1989, para além de deputado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

No que diz respeito à área cultural, o Senhor António da Costa Varão foi o grande impulsionador da Sociedade Filarmónica Lira do Rosário, participando ativamente ainda na organização das festas em honra da Nossa Senhora do Rosário.

Deixo por tal, em nome dos membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, aqui, a proposta à Assembleia Municipal de Lagoa, de registo em ata, nos termos das disposições regimentais, de um voto de pesar pela memória deste Lagoense e em reconhecimento pela sua dedicação e empenho em todas as atividades que desenvolveu."

A Senhora Presidente colocou à votação da Assembleia Municipal os três votos apresentados pelo Deputado Municipal Norberto Carlos Cordeiro Ponte, em nome dos Deputados Municipais do Partido Socialista, tendo a Assembleia Municipal votado, separadamente os três votos, por unanimidade, pelos vinte e seis membros presentes.

RECOLHA DE RESÍDUOS:

A Deputada Municipal Helena Rodrigues Furtado, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e congratulou a Junta de Freguesia do Cabouco, pelo 35.º Aniversário da Freguesia do Cabouco. Referiu que é uma Freguesia jovem e com um Presidente de Junta também jovem. Acrescentou que é do tempo em que o Cabouco não era ainda Freguesia.

Sobre a atual situação de recolha de resíduos indiferenciados referiu que, em sua opinião, entende que não está a funcionar muito bem. Esta alteração foi revista há pouco tempo, a recolha de resíduos indiferenciados passou a ser feita apenas em dois dias por semana, às terças e sextas-feiras, quando antes eram três dias e o espaço de tempo entre estes dois dias, entende que é muito longo. Em sua opinião, dever-se-ia manter os três dias por semana.

Mais referiu que quem vive em apartamentos tem os ecopontos por perto mas quem vive em habitações fica com o lixo acumulado em casa, ou então vai por nos ecopontos para se livrar do lixo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e informou que relativamente ao assunto sobre a recolha seletiva porta a porta alterou-se o modo como era feita, reduziu-se um dia na recolha de indiferenciados e aumentou-se mais um dia de recolha de plástico e de papel. Para a população esta alteração criou algum transtorno, sobretudo pela falta de hábito.

Embora esta medida só tenha sido aplicada em junho, já estava tomada desde fevereiro passado. A anteceder-la houve a preocupação de percorrer todas as ruas do Concelho e por via disso registar exatamente quem não faz a recolha seletiva, pelo que sabemos que quem mais contesta é quem não faz a separação de resíduos. Quem o faz percebe que esta medida é a mais ajustada.

A Senhora Presidente acrescentou ainda que a Câmara Municipal tem de cumprir determinadas metas que a legislação comunitária impõe no que concerne à recolha seletiva.

Mais informou que a Câmara Municipal retirou ecopontos de alguns sítios para acabar com os maus hábitos, como por exemplo no Porto dos Carneiros, uma vez que pessoas de outras localidades iam depositar o lixo naquele local. Mencionou que o mesmo sucedeu na Relvinha e embora continue a verificar-se o depósito de lixo no local, a verdade é que com o tempo a situação está a normalizar.

Expôs que, cada vez mais, são criadas infraestruturas e serviços para resolver o problema da reciclagem e quem não cumpre é porque não quer cumprir. Por parte da Câmara Municipal falta apenas aplicar multas. Sensibilizar a população, identificar as más práticas ambientais não cabe apenas esse papel à Câmara Municipal mas sim a cada cidadão, e apelou para que identifiquem as pessoas que estejam a proceder indevidamente e comuniquem à Câmara Municipal para que se possa atuar.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e expôs que percebeu o que a Senhora Presidente da Câmara Municipal explicou mas não sabe se é o mais correto. Não lhe parece que seja retirando que vamos disciplinar as pessoas. Parece-lhe pouco só dois dias por semana para a recolha de indiferenciados. Referiu que ele e os membros do seu Grupo Parlamentar continuam empenhados em colaborar para uma solução adequada.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que sendo uma pessoa que faz a separação de resíduos este modelo é eficaz, pois produz-se sempre mais resíduos recicláveis do que indiferenciados.

A Câmara Municipal faz campanhas de sensibilização, faz a distribuição de panfletos, disponibiliza serviços e não nos podemos adaptar a quem promove maus hábitos, não podemos promover quem não cumpre. Antes os níveis de reciclagem eram muito mais baixos e subiram com esta alteração e isso é um dado concreto. Ainda estamos num processo de adaptação mas havemos de chegar lá.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e destacou alguns pontos referidos na informação sobre a atividade Camarária, nomeadamente, sobre a área Cultural que tem uma grande atividade e com reconhecimento no Concelho.

Sobre os investimentos no Concelho, destacou a inauguração do NONAGON – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, no Tecnoparque e as obras no novo Posto de Saúde, em Água de Pau que, em sua opinião, merecem ser realçadas pelo facto de haver uma articulação próxima, entre o Executivo Camarário, as Juntas de Freguesia e o Governo Regional dos Açores.

Mais referiu que, em sua opinião, deve-se realçar todo o empenho da Câmara Municipal com a construção do segundo edifício do NONAGON e tal, como já foi anunciado, a construção da Creche em Água de Pau. Esperamos que seja um modo para que haja um maior investimento no Concelho de Lagoa, utilizando para isso também os Fundos Comunitários.

Lançou um desafio à Câmara Municipal, para que haja uma atenção redobrada, para com o próximo Quadro Comunitário de Apoio e o Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL).

Da informação sobre a atividade Camarária, destacou outra componente muito forte, ligada à área Turística, com o Posto de Turismo do Mar na Caloura e a dinamização no Complexo Municipal de Piscinas da Lagoa, que teve um salto qualitativo relativamente aos anos transatos e é uma zona balnear de reconhecida qualidade na Ilha de São Miguel. O trabalho dos nadadores salvadores deve ser reconhecido, por todo o apoio que prestaram nas duas zonas balneares do Concelho, no Porto da Caloura e no Complexo Municipal de Piscinas da Lagoa, bem como no apoio às pessoas de mobilidade reduzida, na rampa de acesso à água.

Mais referiu que também é importante realçar que foi homologado o primeiro trilho do concelho de Lagoa, denominado Rota da Água, era uma área que estava ainda por explorar.

Apresentou uma sugestão à Câmara Municipal, para ajudar a solucionar a entrada das águas vivas no Complexo Municipal de Piscinas da Lagoa. A colocação de uma malha à entrada da boca principal que permita a retenção das águas vivas, para minimizar o problema e sem grandes custos adicionais.

Por último, referiu que seria interessante haver uma discussão assídua e regular nesta Assembleia Municipal, sobre os investimentos ao próximo Quadro Comunitário de Apoio e ao PRORURAL, porque neste momento são uma oportunidade, e deve-se aproveitar aqueles recursos.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que depois de ouvir o Deputado Municipal Frederico Sousa ficou preocupado porque o assunto que estava a ser analisado era a informação sobre a atividade Camarária e o Deputado Frederico Sousa falou em assuntos que não fazem parte da atividade Camarária, nomeadamente, próximo Quadro Comunitário de Apoio, PRORURAL e a construção da Creche, em Água de Pau. Em sua opinião, devia falar só no que a informação descreve, sobre a atividade Camarária e sobre o que é da competência da Câmara Municipal.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, expôs que quer a construção da Creche, em Água de Pau, quer as obras no novo Posto de Saúde, em Água de Pau, são projetos que foram realizados pela Câmara Municipal, houve uma participação ativa por parte da Câmara Municipal.

Em relação ao NONAGON – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, no Tecnoparque, esclareceu que para além da Câmara Municipal ser sócia da Associação do NONAGON, houve

também participação direta da Câmara Municipal através da cedência do terreno onde foi construído o edifício do NONAGON.

Relativamente ao PRORURAL, informou que são uma componente de Fundos Comunitários e Fundos Regionais e a definição da estratégia da utilização desses fundos é exclusiva de um agrupamento, no qual a Câmara Municipal de Lagoa participa e faz parte da Direção da ASDEPR - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural, entre outros associados.

Explicou o Deputado Municipal Frederico Sousa que o que pediu foi uma atenção redobrada por parte da Câmara Municipal, como associada da ASDEPR - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural na distribuição dos Fundos Comunitários do PRORURAL, no sentido de vir a beneficiar o Concelho de Lagoa.

Todos os investimentos que fez referência tiveram uma participação muito ativa da Câmara Municipal de Lagoa. O que não estava descrito na informação sobre a atividade Camarária foi a construção da Creche, em Água de Pau, mas como já referiu o projeto foi realizado pela Câmara Municipal. Concluiu dizendo que espera ter sido claro na sua explicação.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que o Deputado Municipal Frederico Sousa mencionou o NONAGON, quando na sua intervenção não fez qualquer referência àquele investimento, nem questionou nada sobre o NONAGON.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que ficam registados todos os esclarecimentos.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – VOTO DE SAUDAÇÃO PELOS 500 ANOS DA VILA DE ÁGUA DE PAU:

Pelo Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores foi presente o ofício n.º 3110, de 16 de julho de 2015, remetendo o Voto de Saudação pelos 500 anos da Vila de Água de Pau, aprovado por unanimidade, sob proposta do Partido Social Democrata, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 9 de julho de 2015, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 1.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 3 – AGRADECIMENTO DOS VOTOS:

Pelo Eng. João António Ferreira Ponte foi presente a carta, datada de 12 de julho de 2015, agradecendo reconhecidamente o teor dos Votos à Senhora Presidente e a todos os Senhores Deputados Municipais que lhe foi atribuído, em Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2015, e aprovados por unanimidade.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 4 – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL:

Pela Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel foi presente o ofício n.º SAI-USISM/2015/2894, de 24 de julho de 2015, no qual solicitam a designação de dois representantes da Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Designar os seguintes membros, para integrar o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel:

- Tiago Miguel Luz Almeida;
- Rui Fernando Dinis Borges de Meneses;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 28 de agosto de 2015, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, no valor de:

c) Prédios urbanos – 0,3 %.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que atendendo que os pontos números 5 e 9 dizem respeito ao IMI, sugeriu que fossem discutidos em conjunto. Solicitou à Senhora Presidente da Câmara Municipal esclarecimentos sobre o assunto.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concordou que os pontos números 5 e 9 fossem discutidos em conjunto mas votados em separado e passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a proposta apresentada em reunião Camarária e submetida a esta Assembleia Municipal, apresenta o mesmo valor fixado em anos anteriores, de 0,3 % para os prédios urbanos. De acordo com a respetiva legislação a Assembleia Municipal pode fixar, a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos de 0,3 % a 0,5 %. Tem sido política da Câmara Municipal propor a fixação da taxa mais baixa.

Relativamente ao ponto número 9 referiu que a proposta resulta de uma alteração na Lei do Orçamento do Estado para 2015, que alterou o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis que refere que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes. Foi uma medida criada para apoio às famílias para

pagarem menos IMI mas não através de uma receita do Governo da República mas de uma receita que pertence aos Municípios.

Houve um agravamento fiscal em resultado das reavaliações dos imóveis e as receitas do IMI aumentaram. Trata-se, portanto, de uma medida de reduzir aquele imposto, para as famílias atendendo ao número de dependentes.

A intenção, segundo a proposta apresentada, é que as famílias com um filho tenham um desconto de 10 % no IMI, com dois filhos um desconto de 15 % e, por fim, as famílias com três ou mais filhos terão um desconto de 20 %.

Inicialmente foi informado pela AT – Autoridade Tributária e Aduaneira que os sujeitos passivos que reúnam os pressupostos para sua aplicação tinham que requerê-la ao Município da sua residência e a sua comunicação à AT seria feita pela Câmara Municipal, caso a caso, por transmissão eletrónica de dados. Posteriormente foi informado pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que a redução da taxa de IMI passa a ser aplicada de forma automática e sem necessidade de apresentação de quaisquer documentos.

Mais informou a Senhora Presidente da Câmara Municipal que foi intenção da Câmara Municipal a aplicação desta medida que representa um corte para a receita do Município, numa altura que sabemos que não está a ser fácil mas entende que a Câmara Municipal da Lagoa habituou-se a estar ao lado das famílias nos momentos de maiores dificuldades, como tem sido nos últimos anos e a ajudar a intervir em áreas de forma bastante intensa, não vai ser pela questão da redução do IMI que não vai continuar a apoiar as famílias do Concelho.

De acordo com a informação disponibilizada pela AT, no Município de Lagoa, um total de 1205 Agregados Familiares irão beneficiar diretamente desta medida. A coleta de IMI totaliza o valor de 246.799,95 € e o valor da redução da taxa para o Município de Lagoa – Açores são de 31.942,34 €.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que a Senhora Presidente da Câmara referiu que a taxa de 0,3 % era a taxa mais baixa, para os prédios urbanos, e questionou se os descontos de 10 %, 15 % e 20 % eram os máximos a aplicar.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que de acordo com o n.º 13 do artigo 112.º do CIMI podem fixar uma redução da taxa até 10 % com um filho, até 15 % com dois filhos e até 20 % com três ou mais filhos. Foi proposto o máximo que é permitido.

A Deputada Municipal Helena Rodrigues Furtado, no uso da palavra, referiu que há famílias de idosos que têm dificuldades para pagar o IMI e não têm quaisquer benefícios.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que concorda com o que disse a Deputada Municipal Helena Rodrigues Furtado mas sobre isso não podemos fazer nada. Embora a receita do IMI seja do Município a legislação que a suporta e as regras são impostas

pelo Governo da República e não há qualquer hipótese do Município criar outros regimes especiais. Temos que cumprir com o que a Lei determina.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, a aplicar em 2016, no Município de Lagoa - Açores, no valor de 0,3 % para os Prédios urbanos, conforme estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA – LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 28 de agosto de 2015, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal:

a) O lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

b) Lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do n.º 10 do artigo 18.º da referida Lei.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que o ano passado já falaram sobre este assunto e a situação mantém-se.

Expôs que a oposição na Câmara Municipal, representada pelo PSD, votou contra a presente proposta, porque defende que esse valor pago pelas Empresas poderia ser canalizado para outros investimentos.

Acrescentou que se deve fomentar o empreendedorismo local. Deveríamos de ter um conceito diferente para a Lagoa, quando se diz um Concelho Operário. Em sua opinião, não concorda com o lançamento da derrama.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor e cinco votos contra dos Deputados Municipais: Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Rodrigues Furtado, Sónia Câmara e Paulo Reis, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Autorizar o lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza

comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, conforme estabelecido no n.º 10 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 28 de agosto de 2015, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2016, em 0,25 %.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º A fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2016, em 0,25 %, conforme estabelecido na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 28 de agosto de 2015, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º A aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA – REDUÇÃO DE TAXA PREVISTA NO N.º 13 DO ARTIGO 112.º DO CIMI:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 28 de agosto de 2015, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, atendendo ao número de dependentes, conforme estabelecido no n.º 13 do artigo 112.º do CIMI.

O n.º 13 do referido artigo 112.º refere que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Redução de taxa até
1	10 %
2	15 %
3 ou mais	20 %

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e abstenção da Deputado Municipal Helena Rodrigues Furtado, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º** A fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, atendendo ao número de dependentes, conforme estabelecido no n.º 13 do artigo 112.º do CIMI;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 10 – DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITO AO PARQUE INDUSTRIAL DOS PORTÕES VERMELHOS:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente ao pedido da Firma João Luís Índio, Unipessoal, Lda. solicitando a permuta de uma parcela de terreno, sita no Parque Industrial dos Portões Vermelhos, por uma parcela de terreno, pertença do Município de Lagoa – Açores. A parcela de terreno, propriedade da Firma João Luís Índio, Unipessoal, Lda., possui a área de 2.645,00 m², confronta a Norte – Parcela restante B com 3.215,00 m², Poente – Parcela restante A com 5.276,75 m², Sul e Nascente com Canada de Santo Amaro, tem acesso a um caminho de terra batida e sem acesso a infraestruturas urbanísticas, é bastante irregular, apresentando um declive acentuado. Tendo em consideração estes fatores e os valores

praticados atualmente no mercado, foi atribuído um valor de 10,00 €/m², sendo o valor total da parcela de 26.450,00 €.

A parcela de terreno, propriedade do Município de Lagoa – Açores (domínio público), com a área de 1.555,00 m², confronta a Norte – lote 55, Poente – Arruamento - Parque Industrial dos Portões Vermelhos, Sul e Nascente João Luís Índio, Unipessoal, Lda., situa-se numa zona plana, está inserida no Loteamento Industrial dos Portões Vermelhos, possui viabilidade de construção, acesso direto à via pública e está numa zona infraestruturada. Tendo em consideração estes fatores e os valores praticados atualmente no mercado, foi atribuído um valor de 25,00 €/m², sendo o valor total da parcela de 38.875,00 €.

A Deputada Municipal Helena Rodrigues Furtado, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos sobre este processo de permuta.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a Firma João Luís Índio, Unipessoal, Lda. solicitou a permuta de uma parcela de terreno, sita no Parque Industrial dos Portões Vermelhos, por uma parcela de terreno, propriedade do Município de Lagoa – Açores que foi proveniente de uma operação de loteamento industrial e que tem potencial para construção e com acesso direto à via, sita no Parque Industrial dos Portões Vermelhos. A Empresa João Luís Índio, Unipessoal, Lda. pagará ao Município de Lagoa o diferencial no valor de 12.425,00 € pela permuta da referida parcela de terreno que será para a construção de um novo investimento no Concelho de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º Concordar com a desafetação do domínio público municipal para afetar ao domínio privado do Município, de modo a permitir a sua posterior escritura de permuta, nos termos supra expostos, a parcela de terreno sita no Parque Industrial dos Portões Vermelhos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, com a área de 1.555,00 m², que confronta a Norte – lote 55, Poente – Arruamento - Parque Industrial dos Portões Vermelhos, Sul e Nascente João Luís Índio, Unipessoal, Lda., propriedade do Município de Lagoa – Açores (domínio público), a qual situa-se numa zona plana, está inserida no Loteamento Industrial dos Portões Vermelhos, possui viabilidade de construção, acesso direto à via pública e está numa zona infraestruturada, tendo sido atribuído o valor total da parcela de 38.875,00 €;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 11 – PROPOSTA - DESIGNAÇÃO DE JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 28 de agosto de 2015, para a nomeação de júri do procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3.º grau, da unidade orgânica de obras, águas e serviços urbanos, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 2.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, solicitou à Senhora Presidente da Câmara Municipal esclarecimentos sobre o assunto.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que de acordo com a atual legislação o júri deste procedimento concursal é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. O procedimento concursal está a decorrer na sequência do processo que já foi presente nesta Assembleia Municipal.

A Deputada Municipal Helena Rodrigues Furtado, no uso da palavra, questionou porque o júri deste procedimento concursal é composto por elementos fora do Concelho.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que de acordo com a atual legislação, para a seleção dos titulares dos cargos dirigentes intermédios de 3.º grau, o júri é constituído, por membros em exercício no serviço e por membros de diferente serviço. No caso em concreto foi proposto a Presidente do júri a Chefe de Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Lagoa e os vogais os Chefes de Divisão da Câmara Municipal da Povoação e da Câmara Municipal da Ribeira Grande.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

1.º De acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, designar o júri para o recrutamento do cargo de Direção Intermédia de 3.º grau da Unidade Orgânica de Obras, Águas e Serviços Urbanos – do grupo de pessoal dirigente do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lagoa - Açores, com a seguinte composição:

Presidente: Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral;

1.º Vogal: Ângelo Medeiros Furtado, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, da Câmara Municipal da Povoação, que substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal: Regina Paula Gouveia Maiato Feijó, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, da Câmara Municipal da Ribeira Grande;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 12 – RELATÓRIO FINAL – INSPEÇÃO ORDINÁRIA AO MUNICÍPIO DE LAGOA:

Pela Inspeção Regional da Administração Pública foi presente o ofício SAI-IRAP/2015/365 Proc.º 56.03/2014/6, de 24 de agosto de 2015, sobre a Inspeção Ordinária ao Município de Lagoa – Relatório Final que abaixo se transcreve:

“Em conformidade com o despacho de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, de 2015.08.21, proferido na sequência do Procedimento identificado em epígrafe, cumpre-me remeter a V. Exa. um DVD com o Relatório e Documentos, para os efeitos tidos por convenientes.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que houve uma Inspeção Ordinária ao Município de Lagoa, pela Inspeção Regional da Administração Pública. Foi recebido o Relatório Final mas previamente a Câmara Municipal recebeu o Projeto de Relatório ao qual foi apresentado o contraditório.

Segundo o Relatório Final, as três situações que carecem de atenção são: o cumprimento das regras previsionais na elaboração do Orçamento; o cumprimento dos limites legais na realização de trabalho extraordinário, ao que já foi respondido em sede de contraditório que o entendimento da Câmara Municipal é que está a ser cumprido o estipulado na Lei; e a outra situação que é a mais preocupante diz respeito à arrecadação da receita do abastecimento público de água. A Câmara Municipal já está a trabalhar num plano, com vista a minimizar os prejuízos quer para o Município quer para os membros do Órgão Executivo.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que a Senhora Presidente da Câmara reduziu a três os pontos das conclusões do Relatório Final. Destacou que também fizeram referência que a Câmara Municipal não deu cumprimento ao Estatuto do Direito da Oposição.

Sobre a dívida da água referiu que o total são sessenta e sete mil euros e que a Câmara Municipal tem que diligenciar por fazer uma boa cobrança.

Acrescentou ainda, que a Câmara Municipal tem que ter cuidado para contemplar o que está previsto, se para o próximo ano pretendem fazer festas têm que contemplar no Orçamento.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que relativamente ao que disse é preciso ter cada vez mais atenção a uma série de procedimentos. As festas que a Câmara Municipal promoveu estavam previstas. Esta Inspeção foi referente ao ano de 2013.

Atualmente, todos os serviços da Câmara Municipal são obrigados a apresentar um plano de ação, para a elaboração do Orçamento. O que às vezes é preciso é redimensionar ou rever algum evento e poderão surgir alterações.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º Recomendar à Câmara Municipal a adoção das medidas de melhoria propostas, no Relatório Final, sobre a Inspeção Ordinária ao Município de Lagoa;
- 2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 13 – PARECER DO FISCAL ÚNICO – INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL:

Pela Câmara Municipal foi presente o Parecer do Fiscal Único, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de junho de 2015, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados e nos Mapas de Execução Orçamental.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral, remetido nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção ao público e passou a palavra ao Senhor Carlos Augusto Furtado que manifestou a intenção de intervir.

O Senhor Carlos Augusto Furtado saudou todos os presentes e referiu que veio a esta Sessão da Assembleia Municipal na qualidade de cidadão, para alertar sobre alguns pontos que entende que são do interesse para o Concelho.

Uma das situações está relacionada com a população que desempenha a agricultura como uma segunda profissão. A partir do próximo dia 25 de novembro vai deixar se ser possível a qualquer cidadão requerer produtos fitofarmacêuticos, sem que tenham formação adequada para a aplicação dos mesmos. Como todos sabem no Concelho de Lagoa há muita gente que pratica a agricultura como um passatempo ou hobby, sem ser de forma profissional, e a partir daquela data vão deixar de poder adquirir aqueles produtos. O Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel está a dar formação sobre a “Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos” mas muitas pessoas já se inscreveram e ainda não foram chamadas. Tem conhecimento que estão a dar os cursos primeiro aos profissionais.

Expôs que tendo o Município vários espaços, sugeriu, se fosse possível, diligenciar junto do Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel a realização daqueles cursos no Concelho de Lagoa, em horário pós-laboral.

A segunda situação relaciona-se com os semáforos na Avenida Infante D. Henrique, junto aos CTT, que funcionam apenas às vezes. Constata que não é descuido da Câmara Municipal porque esta atua mas os referidos semáforos avariavam muitas vezes. Propôs, caso concordem,

a elaboração de um estudo para a construção de um pequena rotunda oval naquele espaço, em sua opinião, iria resolver a situação complicada de trânsito naquele local.

Sobre a falta de estacionamento no Centro da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sugeriu que na Rua do Espírito Santo que tem sentido único norte/sul, se poderia criar na faixa nascente, lugares de estacionamento em espinha, o que duplicaria os lugares de estacionamento.

O outro alerta incidiu sobre o acesso de pessoas com mobilidade condicionada à Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira. Referiu que as pessoas com mobilidade condicionada têm todos os direitos que as outras pessoas, inclusive de entrar na Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira pela porta da frente e não pela porta dos fundos. Na altura, como Vereador já tinha feito esta observação ao antigo Presidente da Câmara Municipal. A colocação de uma estrutura metálica e móvel na escadaria poderia dar autonomia às pessoas com mobilidade condicionada, no sentido de terem acesso àquele espaço público.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Carlos Augusto Furtado e passou a palavra à Senhora Marta Rodrigues Furtado.

A Senhora Marta Rodrigues Furtado deu as boas noites a todos e referiu que junto à sua Loja na Avenida Infante D. Henrique existe uma paragem de autocarros. Os turistas descem naquela paragem e não há nenhuma nota informativa, nem mapa com informação sobre a cidade de Lagoa. O Posto de Turismo situa-se na Praça de Nossa Senhora do Rosário. Sugeriu que a Câmara Municipal contactasse a Direção Regional dos Transportes, no sentido de disponibilizar naquele espaço informação indicativa sobre o Concelho de Lagoa.

Mais referiu que o Posto de Turismo na Caloura deve de ter informação e, em sua opinião, os Postos de Turismo devem de estar situados perto das paragens de autocarros.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Marta Rodrigues Furtado e passou a palavra ao Senhor Luís Costa.

O Senhor Luís Costa deu as boas noites a todos e referiu que lhe informaram que a Câmara Municipal de Lagoa faz a recolha de Resíduos Verdes Urbanos mas já foi, por duas vezes, à Câmara Municipal e deram-lhe a informação errada, já colocou resíduos verdes na rua e teve que os guardar depois. Questionou qual o dia em que é feita aquela recolha, pois sendo um serviço gratuito, também gostaria de poder beneficiar.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Luís Costa e passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a recolha de Resíduos Verdes Urbanos, com as dimensões que estão definidas no Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Lagoa, é feita à segunda-feira, sendo necessário, previamente, dar nota para a Câmara Municipal de Lagoa que pode ser através do número verde.

O Senhor Luís Costa interveio novamente, referindo que tem dois filhos a frequentar o CEFAL e constatou que há sempre um grupo de moços junto à entrada do CEFAL, o que dá um mau

aspeto e está sempre tudo sujo. Expôs que na antiga Escola do Storro, existe uma parte fechada e, em sua opinião, se o CEFAL fosse transferido para aquelas instalações teriam melhores condições.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que vai solicitar às trabalhadoras do CEFAL para terem atenção à entrada e no limite e sempre que necessário irão chamar a PSP para atuar.

O Senhor Luís Costa expôs que em relação ao IMI foi referido que tem sido fixado a taxa mínima de 0,3 % mas este ano pagou o dobro, em relação ao ano anterior.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que houve reavaliações aos prédios urbanos e durante três anos consecutivos houve um aumento de forma gradual do IMI, mas já terminou a cláusula de salvaguarda. Para o próximo ano haverá a redução conforme estabelecida no CIMI e aprovada nesta Assembleia Municipal.

Sobre a intervenção da Senhora Marta Rodrigues Furtado, a Senhora Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal irá estabelecer o contato com a Direção Regional dos Transportes. Mais informou que o Posto de Turismo do Mar na Caloura é diferente e só faz divulgação de artigos e assuntos relacionados com o mar.

Sobre a intervenção do Senhor Carlos Augusto Furtado informou que os trabalhadores da Câmara Municipal ligados àquela área também estão obrigados a ter formação sobre a Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos. Tem conhecimento de que vai haver um curso em breve na Junta de Freguesia de Água de Pau, em horário pós-laboral. A Câmara Municipal irá informar o Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel que disponibiliza instalações para a realização de outras formações para que fique mais próximo da população.

Sobre os semáforos na Avenida Infante D. Henrique, junto aos CTT, informou que houve uma alteração da placa do equipamento, a empresa está a aguardar a encomenda de uma peça, logo que a recebem, a situação será regularizada. Em relação ao estacionamento em espinha, na Rua do Espírito Santo, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, informou que será um assunto a ser analisado pela Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores.

O Deputado Municipal Álvaro Vitorino pediu a palavra para, como trabalhador do Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel, esclarecer que o Serviço está a fazer formação sobre a Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos, desde 2008. Já houve várias sessões por todas as Juntas de Freguesia e atendendo que o prazo está a terminar, está a ser dada prioridade aos profissionais e a quem apresenta projetos. Posteriormente serão dadas formações a quem faz os pequenos quintais. Mais informou que podem utilizar os produtos de uso doméstico.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção de todos e os esclarecimentos prestados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Antes de dar por terminada esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que gostaria de mais uma vez agradecer a disponibilidade da Junta de Freguesia do Cabouco em ter acolhido esta sessão da Assembleia Municipal e agradecer a presença de todos os membros e público presente. Felicitou novamente a Freguesia do Cabouco pelo seu aniversário, desejando que esta Freguesia procure sempre afirmar-se no futuro sem nunca esquecer o seu passado, evidenciando a sua cultura e a sua identidade.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
